

## Coletivos populares no Recôncavo da Bahia: cultura, memória e resistência

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v12i22.50792>

Laura Bezerra<sup>1</sup>

**Resumo:** Objeto deste trabalho são três experiências participativas locais, com atenção para as estratégias adotadas por grupos do Recôncavo da Bahia para a salvaguarda de suas manifestações culturais, numa complexa e contraditória relação com o Estado. O reconhecimento do Samba de Roda (2004), do Bembé do Mercado (2012) e das Cheganças, Marujadas e Embaixadas (2019), manifestações de grupos subalternizados, como patrimônio cultural pelo poder público foi um marco e o processo de patrimonialização merece atenção, uma vez que ele se inicia a partir de tentativas do poder público de induzir a participação popular, com riscos de domesticação e disciplinamento. Assumindo uma perspectiva situada e considerando a ideia de cidadania cultural, optamos por uma abordagem que nos levou a identificar os protagonistas dos processos descritos, focando em suas motivações e sua capacidade de agência. A pesquisa mostra que os processos de patrimonialização em tela significaram, para os grupos envolvidos, uma estratégia de empoderamento, um caminho para aprofundar os processos de mobilização e de organização coletiva em busca de protagonismo na condução de suas manifestações culturais.

**Palavras-chave:** cultura popular; cidadania cultural; participação; patrimônio cultural; Recôncavo da Bahia.

### Colectivos populares en el Recôncavo da Bahia: cultura, memoria y resistencia

**Resumen:** Tres experiencias participativas locales del Nordeste de Brasil son objeto de este trabajo, con atención a las estrategias adoptadas por grupos del *Recôncavo da Bahia* para salvaguardar sus manifestaciones culturales, en una relación compleja y contradictoria con el Estado. El reconocimiento del *Samba de Roda* (2004), del *Bembé do Mercado* (2012) y de las *Cheganças, Marujadas e Embaixadas* (2019), manifestaciones de grupos subalternizados, como patrimonio cultural por parte de los poderes públicos fue un hito y el proceso de patrimonialización merece atención, ya que hubo intentos de los poderes públicos de inducir la participación popular, con riesgos de domesticación y disciplinamiento. Asumiendo una perspectiva situada y considerando la idea de ciudadanía cultural, optamos por un enfoque que nos llevó a identificar a los protagonistas de los procesos descritos, centrándonos en sus motivaciones y su capacidad de actuación. La investigación muestra que los procesos patrimoniales en cuestión significaron, para los grupos involucrados, una estrategia de empoderamiento, un camino para profundizar los procesos de movilización y organización colectiva en busca de protagonismo en la conducción de sus manifestaciones culturales.

**Palabras clave:** cultura popular; ciudadanía cultural; participación; patrimonio cultural; Recôncavo da Bahia.

---

<sup>1</sup> Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner. Doutora em Cultura e Sociedade. Professora adjunta do Centro de Culturas, Linguagem e Tecnologias Aplicadas (CECULT)/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil. E-mail: [laura.bezerra@ufrb.edu.br](mailto:laura.bezerra@ufrb.edu.br) - <https://orcid.org/0000-0003-0365-6796>

Recebido em 10/07/2021, aceito para publicação em 25/01/2022 e disponibilizado online em 01/03/2022.

## Popular collectives in the Recôncavo da Bahia: culture, memory and resistance

**Abstract:** The object of this paper are three local participatory experiences, with attention to the strategies adopted by groups of the *Recôncavo da Bahia* to safeguard their cultural manifestations, in a complex and contradictory relationship with the State. The acknowledgement of *Samba de Roda* (2004), *Bembé do Mercado* (2012) and *Cheganças, Marujadas e Embaixadas* (2019), manifestations of subalternised groups, as cultural heritage by the public authorities was a milestone and the process of patrimonialisation deserves attention, as it begins with attempts by the public authorities to induce popular participation, with risks of domestication and disciplining. Assuming a situated perspective and considering the idea of cultural citizenship, we opted for an approach that led us to identify the protagonists of the processes described, focusing on their motivations and their capacity for agency. The research shows that the heritage processes in question meant, for the groups involved, a strategy of empowerment, a path to deepening the processes of mobilization and collective organization in search of protagonism in the conduction of their cultural manifestations.

**Keywords:** popular culture; cultural citizenship; participation; cultural heritage; Recôncavo da Bahia.

## Coletivos populares no Recôncavo da Bahia: cultura, memória e resistência

### Introdução

Neste artigo voltamos a atenção para as ações de patrimonialização desenvolvidas por grupos culturais populares de três cidades do Recôncavo da Bahia – Cachoeira, Santo Amaro da Purificação e Saubara – para a salvaguarda do Samba de Roda (2004), do Bembé do Mercado (2012) e das Cheganças, Marujadas e Embaixadas (2019), numa complexa relação com o Estado<sup>2</sup>.

Nosso interesse foi pensar as experiências participativas locais com atenção para o surgimento de novos atores que “com suas reivindicações político-culturais, forçam a ampliação da noção de

cidadania, agregando novos valores e direitos àqueles já conquistados” (BARBALHO, 2010, p. 242).

Cabe salientar que, no contexto-político cultural em que as ações se desenvolveram, o Governo Federal empreendeu esforços para estimular (e mesmo induzir) a participação. Trata-se de um processo controverso. Se, por um lado, as fortes assimetrias de poder presentes na sociedade brasileira, usualmente excluem os agentes culturais populares do exercício da cidadania e, nesse sentido, a indução à participação pode ser vista como um avanço democrático, por outro, há que se questionar o potencial emancipatório da participação quando esta é realizada através de mecanismos impulsionados

<sup>2</sup> O artigo apresenta um recorte de nossa pesquisa de pós-doutorado, que abordou a relação entre as cidades, o poder público e as culturas locais no Brasil e na Argentina. Uma versão anterior do trabalho foi apresentada no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia.

pelo próprio poder público. (ZIMBRÃO; SILVA, 2018).

Analisando experiências na América Latina, Felipe Addor (2018, p. 1116) salienta que a “consolidação de novas estruturas democráticas participativas não será garantida por regras ou leis que criem novas institucionalidades, mas pelas existências de cidadãos que tenham capacidade de dar-lhes vida...” Assim, optamos por uma abordagem que buscou identificar os protagonistas dos processos descritos, focando em suas motivações, sua capacidade de agência e de apropriação do espaço público.

Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 88), “agenciamento refere-se ao processo de conscientização de que é possível alterar as condições ou as políticas por meio da ação coletiva.” Agência é entendida neste artigo como algo que está “encarnada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas” (LONG *apud* GONZALES; PEREIRA; SOLGIO, 2014, p. 108). Assim, para Norman Long “a agência, então, implica a geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos... através de pontos nodais de interpretação e interação.” (*idem, ibidem*). Relevante, aqui, são os dois aspectos centrais da noção de agência identificados por Giddens (1984), conhecimento e

capacidade. Partindo da hipótese que os coletivos abordados operam com lógicas e saberes não reconhecidos, nos voltamos para as práticas dos atores envolvidos, atentando para as estratégias de atuação e também para os resultados do processo.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que teve como ponto de partida as formas organizativas e a atuação de grupos populares no Brasil e na Argentina. Diferentes relações com a participação e com a salvaguarda de suas manifestações nos levaram aos processos de patrimonialização dos grupos do Recôncavo. Nosso percurso metodológico englobou revisão de literatura; análise documental e entrevistas semi-estruturadas com três pessoas-chave dos processos de patrimonialização em tela.

## 1. Patrimônio e memória em um novo contexto político-cultural

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988).

Desde 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil reconhece a cultura como um direito e afirma o papel ativo do Estado para sua garantia. Esta perspectiva, entretanto, estava em franca contradição com o modelo neoliberal

vigente (BEZERRA; PITOMBO, 2016) e só começa a se efetivar a partir de 2003, quando no primeiro Governo Lula o Ministério da Cultura (MinC) inaugura um deslocamento de peso nas políticas culturais brasileiras (VARELLA; BRANDT, 2020; RUBIM, 2007). Operando com um conceito de cultura ampliado e na perspectiva da cidadania cultural,<sup>3</sup> o MinC inicia uma série de ações e programas que visam a sociedade como um todo, ao invés de ter como foco os artistas, como era usual até então. Relevante como contexto para este trabalho são as iniciativas de fortalecimento da institucionalidade cultural, em especial a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), proposto como novo modelo de gestão de políticas públicas de cultura “construídas democraticamente, integrando de forma descentralizada e participativa os três níveis da federação e a sociedade civil, [tendo como base] uma concepção comum de política cultural e uma efetiva interação e complementaridade...” (MINC, 2010, p. 17).

<sup>3</sup> Marilena Chauí (2006) refere-se às políticas culturais fundamentadas na ideia da cultura como um direito, o que implica não somente em proporcionar à população acesso à produção cultural (ou seja, à fruição), mas também acesso *aos meios* para a produção cultural, bem como a garantia da possibilidade dos cidadãos e cidadãs intervirem diretamente nas decisões sobre as políticas públicas de cultura (a participação).

O SNC tem a participação como eixo central, o que se revela em vários princípios e diretrizes do Sistema e do Plano Nacional de Cultura (PNC).<sup>4</sup> Sendo o Brasil um país profundamente desigual, marcado por tradições autoritárias e uma cultura política centralizadora e clientelista, o Ministério passou a realizar uma série de ações para induzir a participação e o controle social, como a criação de conselhos, realização de conferências de cultura, consultas públicas etc.

Também a proteção ao patrimônio sofreu um forte deslocamento no século XXI. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937 como do Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), é uma das instituições mais estáveis do país e construiu um sistema operacional muito bem sucedido, transformando a instituição “em algo exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos países” (RUBIM, 2007, p. 17). Cabe, entretanto, salientar que até o ano 2000, quando foi instituído o Registro de Bens Culturais de

<sup>4</sup> Por exemplo no Princípio X do SNC, “democratização dos processos decisórios com participação e controle social” ou no Princípio IX do PNC, “democratização das instâncias de formulação das políticas culturais”. Uma das diretrizes do PNC é “Estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil, e ampliar o diálogo com agentes culturais e criadores.”

Natureza Imaterial, as ações do Instituto se pautavam por um entendimento restrito de cultura, com ênfase na proteção aos signos de poder político e religioso, e concentração no período colonial.<sup>5</sup>O Instituto do Patrimônio naturalizou uma determinada leitura do país tornando, assim, invisível a posição ativa e eminentemente política de seus especialistas na construção de uma determinada representação nacional. Sob a égide da "competência técnica" permaneceram ocultas as formações discursivas que embasaram as políticas do IPHAN.

Com a Constituição Federal de 1988, há uma mudança de paradigma na proteção ao patrimônio cultural do país. Não somente o valor patrimonial de um bem cultural passa a ser mensurado em função de seu valor "de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988, Art. 216), ao invés de "excepcional valor histórico e artístico", critério definido no

---

<sup>5</sup> Importante fazer referência ao trabalho de Aloísio Magalhães e à criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, que contrapunha à noção de patrimônio histórico e artístico a ideia da referência cultural. Com isso, abriu-se espaço para uma série de questionamentos sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve (ou não) ser preservado, inaugurando uma nova compreensão do patrimônio. Contudo, o falecimento precoce de Magalhães impediu a continuidade do processo.

Decreto 25/1937 e determinante até então, como também ele não é mais reduzido a seus elementos materiais. Além disso, a sociedade é instada a colaborar ativamente com o poder público para sua proteção, que não é mais apenas responsabilidade de especialistas e técnicos (BRASIL, 1988, Art. 216, § 1º). A mudança é de tal amplitude que as práticas estabelecidas desde a década de 1930 tornaram-se insuficientes: ao tombamento, definido pelo Decreto no 25/1937, veio se juntar no ano 2000 uma nova modalidade de proteção, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.<sup>6</sup>

Pensando na Burocracia como racionalidade administrativa, compartilhamos a percepção de Marilena Chauí (1997, p. 148) quando afirma que "a noção de competência tem a função precisa de marcar a desigualdade [...] entre os detentores do saber e os despossuídos" e introduzimos nas nossas reflexões a ideia de cidadania cultural, que reconhece o direito à participação e prevê a intervenção direta dos cidadãos e cidadãs nas decisões sobre as políticas

---

<sup>6</sup> O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento aplicado aos bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto 3551/2000. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, e dos Lugares. **Cf.** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em nov. 2020.

públicas de cultura (CHAUÍ, 2006). Concebendo o cidadão como sujeito de direitos, a autora aponta para a necessidade de se garantir os direitos daqueles que não têm direitos. Essa ideia, pensada do ponto de vista da gestão pública, é complementar às colocações de Carlos Fortuna (2012, p. 202), quando, desenvolvendo a ideia do direito à cidade, refere-se à construção de “lugares onde os usuários manifestam sua recusa em ser recusados e desenvolvem estratégias de afirmação identitária alternativa.” Entendemos que, nesse processo de apropriação do espaço público, “subjetividades incompatíveis com o capitalismo” (MIGNOLO, 2017) reafirmam sua existência e criam fissuras no discurso hegemônico. Aqui se revelam as ambiguidades apontadas por Quijano (*apud* LANDER, 2000, p. 201) ao referir-se a uma Modernidade que, por um lado, se fundamenta na dominação, no apagamento e na exploração de grupos como os que protagonizam esse artigo, mas que, por outro, ancora também processos de democratização e reconhecimento. De que forma e em que medida isso se dá nos processos analisados, é o que veremos adiante.

## **2. Participação e patrimonialização no Recôncavo da Bahia**

### **2.1. O Samba de Roda do Recôncavo – Obra Prima da Humanidade**

Chamamos de Recôncavo da Bahia a região localizada em torno da Baía de Todos os Santos. Entre os diversos aspectos que irão configurar o território estão uma história marcada pela relação colônia-metrópole, pela escravidão e pela monocultura de exportação. A economia da cana de açúcar, estruturante para ao território, foi movida por uma mão de obra composta por negros/as escravizados/as, vindos de diferentes culturas e religiões da África. No final do século XIX aprox. 70% da população era composta pelos africanos e seus descendentes e essa é, ainda hoje, uma região profundamente marcada pelas culturas de matriz africana. Atualmente o Recôncavo é também um dos 27 “Territórios de Identidade” da Bahia, unidades administrativas instituídas pelo Governo do Estado em 2007.<sup>7</sup>

O Samba de Roda (SR) é uma expressão musical-coreográfica e festiva presente em todo o Estado da Bahia, mas especialmente conectada com a região do Recôncavo, com registros desde o século

<sup>7</sup> Mais sobre o Recôncavo em IPHAN (2006, p. 25). Cf. também Santos (1998).

XVII. O SR era uma celebração cotidiana, um “samba de vizinho”, uma “brincadeira”, uma “alegria para a população trabalhadora”, segundo Dona Dalva Damiana de Freitas.<sup>8</sup> Conectado com outras manifestações culturais de matriz africana como o candomblé e a capoeira, o SR é indispensável nos carurus em louvor a Cosme e Damião, santos católicos sincretizados com os Ibeji<sup>9</sup>, e em outras festas do catolicismo popular e das tradições religiosas afro-brasileiras.

Considerado um dos marcos distintivos do Recôncavo, o Samba de Roda foi condecorado com o título de Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), em 2005; como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004; e como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia, em 2020.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Informação oral. Participação de Dona Dalva na entrevista com Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento, em 28/10/2020.

<sup>9</sup> Divindades gêmeas do panteão iorubá.

<sup>10</sup> O Samba de Roda foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil no Livro das Formas de Expressão do IPHAN, em 05 de outubro de 2004; reconhecido como Obra Prima da Humanidade pela UNESCO desde 25 de novembro de 2005. Através do Decreto 19.494/2020, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia.

Proponentes do registro do Samba de Roda como patrimônio imaterial foram a Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas; o Grupo Cultural Filhos de Nagô e a Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo (APCM) em 2003. As duas primeiras são grupos de Samba de Roda das cidades de Cachoeira e São Félix, a última, uma instituição de pesquisa.<sup>11</sup>

Cabe salientar que a iniciativa de patrimonialização do SR, não veio dos grupos, mas do Ministério da Cultura/Iphan. A coordenadora da APCM, Francisca Marques participou da preparação do dossiê de registro e,

<sup>11</sup> “A APCM-Recôncavo foi fundada em 2003 por pesquisadores, professores, artistas, músicos e sambadeiras na cidade de Cachoeira, Bahia, tendo como objetivo preservar e disseminar conhecimentos sobre cultura popular e música do Recôncavo através de ações educativas e culturais. Integra [atualmente] a associação, o Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual – LEAA Recôncavo, com produção de acervo audiovisual sobre pessoas, lugares e festas religiosas do Recôncavo. O LEAA-Recôncavo produz documentações com registros em áudio, vídeos e fotografias, além de capacitação técnica dos grupos de samba de roda e de outras expressões artísticas e religiosas da cidade e região.” (NASCIMENTO, 2019, p. 19). O Laboratório de Etnomusicologia desenvolve o projeto Arquivo de Som e Imagem Dalva Damiana de Freitas Disponível em: <http://culturadigital.br/arquivodalvadamianade Freitas/>.

junto com o coordenador da pesquisa, Carlos Sandroni, levou a ideia para discussão com os grupos, que entenderam que a patrimonialização era uma possibilidade de obter apoio ao SR. Any Manuela de Freitas, gestora da Casa do Samba de Dona Dalva, de quem falaremos mais adiante, conta sobre o processo:

*Tudo pra gente era novidade, como isso se desenha, a política de salvaguarda, o método para construção do dossiê. O que é importante, o que é bacana é que o dossiê foi construído em assembleias e cidades do interior da Bahia. As propostas que constam no dossiê são de escutas dos sambadores, são demandas dos sambadores. (Informação oral).<sup>12</sup>*

No artigo "Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade", Sandroni reflete sobre o processo e aponta para um cenário de negociações, vivências e apropriações. Para ele é "bastante claro que a atribuição da expressão patrimônio imaterial ao samba de roda veio de 'fora' para 'dentro'. [...] Nenhum dos sambadores com quem conversei em 2004 a conhecia." (SANDRONI, 2010, p. 385).

<sup>12</sup> Entrevista com Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento, em 28/10/2020.

Optando por uma abordagem que procura o contrapelo da história e atenta para os apagamentos, voltamos o olhar para as manifestações do coletivo, tentando entender como os grupos se colocaram nesse processo, quais suas motivações, suas estratégias, suas escolhas. Nos colocamos uma questão simples: o que aconteceu a partir do registro? Resumindo podemos dizer que alguns grupos de Samba de Roda – com destaque para a Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas (ACSRDD) e a Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA)<sup>13</sup> – se apoderaram do tema. Pode-se mesmo dizer que a ACSRDD se empoderou com o tema e assumiu o protagonismo de sua salvaguarda. Em que condições, veremos a seguir.

### *Samba de Roda – Samba de Dalva*

Em 1958, dona Dalva Damiana de Freitas, operária charuteira em Cachoeira, cria o Samba de Roda

<sup>13</sup> Importante fazer referência às ações realizadas pela Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA), que, entretanto, foram descontinuadas em diversos momentos.

Suerdick. O grupo permanece ativo e está atualmente com uma campanha para arrecadar fundos para a construção de uma sede própria. Dona Dalva é uma brincante incansável e uma ativista cultural visionária. Além do Samba Suerdick, ela criou (e coordena ainda hoje, aos 93 anos) outras manifestações como o Terno das Baianas do Acarajé (1973), o Terno de Reis Esperança da Paz (1977), o Samba de Roda Mirim Flor do Dia (1980) e a Quadrilha Junina da Terceira Idade – Quanto mais velho, melhor.

Alguns marcos na trajetória do grupo foram a constituição de personalidade jurídica, em 2003, como Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas; a inauguração da Casa do Samba de Roda de Dona Dalva, uma sede alugada em 2009; e o reconhecimento como Ponto de Cultura, em 2014. Detentora de inúmeros prêmios, objeto de pesquisas acadêmicas, protagonista de documentários, Dona Dalva recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* pela UFRB, em 2012, sendo desde então carinhosamente chamada de “Doutora do Samba”.

O Samba de Dona Dalva é coordenado por três gerações de mulheres-sambadeiras que compartilham o vínculo familiar: Dona Dalva, idealizadora, compositora e coordenadora-geral; Mestra Ana Olga, sua filha, compositora e uma pioneira do canto feminino no samba de roda (CSERMAK, 2020, p. 53); e Any Manuela, sua neta e gestora da Associação.

A monografia da especialização em Políticas e Gestão Cultural de Any Manuela Freitas Nascimento analisa a contribuição da ACSRDD para o Plano de Salvaguarda do Samba de Roda e mostra uma vasta série de ações em prol da promoção, valorização, difusão, transmissão e documentação do SR, de 2004 até os dias atuais.<sup>14</sup>

Entendemos que a alta produtividade das ações da Associação está vinculada aos seguintes aspectos: em primeiro lugar, a salvaguarda do samba de roda vai de encontro aos desejos e às

<sup>14</sup> Cf. NASCIMENTO, Any Manuela Freitas dos Santos. *Casa do Samba de Roda de Dona Dalva: Ponto de Cultura e Política de Salvaguarda, um estudo de caso*. 2019. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural. Santo Amaro, 2019.

preocupações do grupo, que vinha refletindo sobre a continuidade do SR desde os anos 1980, quando criou o Samba de Roda Mirim Flor do Dia, um grupo de samba “mirim”, ou seja, formado por crianças. Dona Dalva se preocupava com o distanciamento das crianças e jovens que já não se integravam ao grupo “naturalmente”, seja por que consideravam o samba “coisa de velhos”, seja pelos preconceitos gerados pelo racismo e pela intolerância religiosa (candomblé e samba de roda vistos como coisas do “demônio”).

Assim, teve início um *processo de educação patrimonial*, um *processo comunitário, construído através das relações cotidianas* e de ações em torno do Samba de Roda e de outras manifestações tradicionais no bairro do Rosarinho. Uma dessas ações foi a criação, em 1980, do Samba de Roda Mirim Flor do Dia com a finalidade em preservar e proporcionar a continuidade do Samba de Roda, neste momento. (NASCIMENTO, 2019, p. 8, grifos nossos).

Figura 1 – Samba de Roda Mirim Flor do Dia (à frente, Any Manuela)



Foto: Francisca Helena Marques  
LEAA/Recôncavo

Dona Dalva considera “o Samba Mirim [...] o *alicerce* do Samba de Roda” (NASCIMENTO, 2019, p. 9, grifos nossos), ou seja, ela já pensava na salvaguarda do samba de roda, mesmo sem usar essa palavra,<sup>15</sup> mesmo operando a partir de uma lógica distinta daquela da burocracia estatal. Existia, portanto, uma base de atuação presente nos desejos e na trajetória do próprio grupo. Não é por acaso que aqui os frutos do Registro

<sup>15</sup> De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: “Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos” (IPHAN, 2003, p. 5).

do SR como patrimônio imaterial são tão suculentos.

Em segundo lugar, a tripla posição de Any Manuela Freitas nesse processo, enquanto sambadora (ex-integrante do Samba Mirim), gestora da Casa do Samba e pesquisadora. Trata-se de uma posição privilegiada, que lhe permite combinar as perspectivas internas e externas, fazendo as negociações e mediações necessárias para as ações em prol do SR e do protagonismo das sambadeiras. Freitas é graduada em Administração e especialista em Política e Gestão da Cultura e sublinhou que *“tanto [...] família sanguínea quanto [...] família do samba”* a incentivaram a buscar formação e *“aperfeiçoamento para conduzir a associação”* (entrevista citada). Ela conta ainda que

*A gente sempre teve esse objetivo de... de preparar sambadores para a autonomia do Samba de Roda. [...] No momento da salvaguarda do SR, isso só cresce, só cresce com as oportunidades, com os diálogos, reuniões, conferências, assembleias. Cresce inclusive enquanto proposta: que os sambadores sejam autônomos, sejam preparados para gerir suas apresentações. A gente inicia tratando das questões locais, que a gente consiga se organizar em nosso local, em nossa região...*

(Informação oral, entrevista citada).

Um terceiro aspecto relevante foi o “reconhecimento como Ponto de Cultura (em 2014, que) figurou em concretização e atendimento a anseios e ações culturais nascidas e desenvolvidas em comunidades em período anterior à seleção.” (NASCIMENTO, 2019, p. 37). Isso garantiu à associação recursos financeiros estáveis por um período de três anos, algo essencial para o desenvolvimento das ações: com um plano de trabalho focado nas linhas de ação propostas pelo IPHAN no Plano de Salvaguarda do Samba de Roda,<sup>16</sup> foi possível ampliar e expandir as ações já promovidas pelo grupo liderado por Dona Dalva, com ênfase para a difusão do samba de roda e transmissão de conhecimentos, com uma série de oficinas de canto, dança,

<sup>16</sup> O Plano de Salvaguarda do Samba de Roda é estruturado em quatro linhas, sendo a. Pesquisa e documentação; b. Reprodução e transmissão às novas gerações; c. Promoção; e d. Apoio (“Esta linha de ação tem um caráter mais geral na medida em que se propõe a fornecer alguns apoios diretos que criarão uma estrutura de sustentação para as demais atividades”, IPHAN, 2006, p. 89).

música, educação patrimonial, entre outras.<sup>17</sup>

## **2.2. Breves notas sobre duas outras experiências de patrimonialização no Recôncavo da Bahia**

Que formas concretas tornam o processo de apropriação de um território em um contexto marcado não somente por diferenças, mas também por fortes desigualdades? Quais as estratégias escolhidas por grupos populares para reafirmação de identidades subalternizadas? A complexidade e a potência do processo ocorrido em Cachoeira nos impulsionaram a voltar, brevemente, a atenção para as experiências de patrimonialização de duas outras manifestações culturais tradicionais das cidades vizinhas, o Bembé do Mercado, de Santo Amaro da Purificação e as Cheganças, Marujadas e Embaixadas, de Saubara.

Em função da conexão do Samba de Roda com o Candomblé e a Capoeira, e da vinculação não exclusiva de ativistas culturais populares com diversas manifestações, os grupos que propuseram as novas ações de patrimonialização participaram direta ou indiretamente do

processo de registro de SR.

### *O Bembé do Mercado, em Santo Amaro da Purificação*

Um ano após a abolição da escravidão, celebrando publicamente a liberdade, “os pescadores e o povo de santo [...] transportaram para a rua o culto que era dos terreiros” (IPHAN, 2019, p. 7) realizando um Candomblé de rua que durou três dias. Nasce o Bembé do Mercado. Celebrar a liberdade em um contexto de repressão, realizar no espaço público um culto religioso criminalizado e reprimido foi um ato de profunda insurgência. Para Castro (2003)

O Bembé do Mercado, em Santo amaro [sic], tem grandes significados para a afirmação da cidadania negra no Brasil. Eliminados quaisquer traços de subserviência agradecida à princesa pela Abolição, emerge a evidência histórica da luta popular contra o cativo e da força da cultura afro-brasileira como propulsora da resistência do povo negro no Brasil.

A festa tem três partes: os ritos privados, reservados aos iniciados do Candomblé, que acontecem nos terreiros; o Xirê, cantos e danças para os Orixás, Voduns e Nkisis, que acontece atualmente no Largo do Mercado, e a entrega do

<sup>17</sup>Cf. o detalhamento das ações em Nascimento (2019).

presente de Yemanjá, na praia de Itapema, que encerra a festa.<sup>18</sup>

Figura 3 – Bembé do Mercado (Xirê na Praça do Mercado)



Foto: © Laís Lima (Santo Amaro)

Desde então a festa vem sendo realizada anualmente. Durante muito tempo, apesar de realizada no espaço público, a celebração aconteceu sem grande integração com o calendário festivo da cidade, ficando restrita ao povo de santo. Nos últimos anos, transformou-se num animado evento que levou a cidade para os noticiários e passou a atrair não somente a população em geral, mas também turistas.

Mais de 40 Terreiros de Candomblé da cidade estão envolvidos no evento. Em entrevista, o Babalorixá José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote),

<sup>18</sup> Essa a configuração atual da celebração. Mais detalhes nos dossiês de registro em IPHAN, 2019 e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), 2014.

liderança religiosa e cultural de Santo Amaro, conta que o grupo que organizava o Bembé passou a se sentir “ofendido” ao ver externos assumirem um protagonismo que não lhes cabia: “a gente ser protagonista do Bembé do Mercado, [...] não saber de nada e ficar por fora”.<sup>19</sup> Assim, resolveram criar uma Comissão do Bembé e retomar o lugar que era deles. O grupo procurou apoio de entidades como o Coletivo de Entidades Negras (CEN) e realizou uma série de reuniões com os terreiros envolvidos para discutir a criação de uma associação. Segundo Pai Pote, em entrevista citada, “o Bembé do Mercado precisava se organizar juridicamente” para acessar os recursos necessários à organização da festa e deixar de ser “representado por outras associações”. Foi um longo processo, com muitas reuniões com as lideranças religiosas, muitas delas idosas, sem “muito conhecimento (da burocracia), são pessoas antigas”. O grupo reconheceu a pertinência da formalização e, enquanto se estruturava a associação, criava estatuto, debatia metas e ações, uma amiga de Pai Pote sugeriu o registro da manifestação como patrimônio imaterial da Bahia.

<sup>19</sup> Entrevista com José Raimundo Lima Chaves, mais conhecido como Pai Pote, em 3/11/2020. As próximas citações advêm desta fonte.

Desde 2001, o terreiro de candomblé liderado por Pai Pote havia constituído personalidade jurídica como Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê e realizava uma série de atividades culturais na cidade de Santo Amaro.<sup>20</sup> Tendo em vista que a Associação do Bembé ainda não estava formalizada, foi ela a proponente do processo de registro. Através do decreto 14.129/2012, o Bembé do Mercado foi inscrito no Livro de Registro de Eventos e Celebrações do Estado e reconhecido como Patrimônio Imaterial da Bahia. Em 13 de junho de 2019, foi registrado no Livro de Registro das Celebrações e reconhecido como Patrimônio Imaterial do Brasil.<sup>21</sup>

Associação do Bembé foi formalizada e, desde então, todas as decisões são tomadas coletivamente:

*todos votam e tem direito de palavra [...] porque uma cabeça ajuda a outra [...] E eu não posso assinar nada como presidente do Bembé sem me reunir com os outros, sem as palavras das 50*

<sup>20</sup> Cf. CHAVES, José Raimundo Lima. *Aprendendo com o Axé: A Experiência da Gestão Cultural na Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê* 2019. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Cultural. Santo Amaro, 2019.

<sup>21</sup> O Dossiê para o registro nacional foi elaborado por uma equipe do Cecult/UFRB, com a participação de estudantes vinculados à celebração.

*peças que participam do Bembé.*<sup>22</sup>

Após o reconhecimento nacional, atualmente, a questão da salvaguarda da celebração está em pauta no coletivo.

### *As Marujadas e Cheganças de Saubara*

Cheganças são encenações performáticas, cantadas e faladas, que contam sobre embates marítimos. Elas acontecem no espaço público e estão frequentemente associadas com datas festivas da religiosidade popular.

Existem controvérsias na definição das Cheganças. Para alguns “um auto de natal” ou “uma versão das Mouriscadas da Península Ibérica”, ou ainda “um auto patriótico-marítimo do ciclo das conquistas portuguesas” (*apud* ROSÁRIO, 2020, p. 30). Rosildo do Rosário, coordenador de uma marujada e pesquisador, sublinha sua relação indissociável com a diáspora africana:

*apesar da sua ligação estreita com a cultura ibérica, foram os negros descendentes que assumiram o seu fazer, como maneira de estar inseridos nas atividades em suas comunidades. O ato de ligar imediatamente a chegança à Portugal e Espanha, de maneira naturalizada, é uma forma de invisibilização da participação negra nessa manifestação. (ROSÁRIO, 2020, p. 33).*

<sup>22</sup> Entrevista citada com Pai Pote.

Saubara é uma comunidade de pescadores e marisqueiras, existindo, portanto, um contexto próprio de relação com o mar. Rosário distingue entre as Cheganças de Mouros e Embaixadas, que apresentam lutas de cristãos e mouros que acontecem na Europa, das Cheganças de Marujos (ou Marujadas) que se constroem a partir de episódios da história do Brasil. A Chegança dos Marujos Fragata Brasileira, de Saubara, por exemplo, performa a participação do povo do Recôncavo nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia, ou seja, vivencia a manifestação a partir do contexto local. O autor ressalta ainda que “as Marujadas, apesar de estarem nesse contexto religioso católico, têm mais evidente em suas práticas e narrativas uma proximidade com a religião de matriz africana.” (ROSÁRIO, 2020, p. 39).

O processo de patrimonialização das Cheganças e Marujadas, mais recente que os dois outros abordados, revela algumas especificidades, que sugerem um processo de aprendizado coletivo.

Rosário, coordenador da Chegança de Marujos Fragata Brasileira, participou da marujada na infância, levado por seu pai e foi um dos responsáveis por sua revitalização.<sup>23</sup> Além de professor,

<sup>23</sup>“A retomada do grupo aconteceu a partir do momento em que as crianças e jovens do passado reuniram-se para rememorar a

atuou na gestão pública da cultura e da educação nas cidades de Santo Amaro e Saubara. Também sambador, ele coordenou a Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA) entre 2005 e 2010 (ou seja: no período seguinte à patrimonialização do Samba de Roda), tendo sido também diretor do Centro de Referência do Samba de Roda da Bahia/Casa do Samba (2008/2010) e coordenador dos projetos Pontão de Cultura do Samba de Roda da Bahia e a Rede do Samba. Entendemos que esse “acúmulo de experiências” influenciou a condução do processo de patrimonialização das Cheganças, como ele próprio conta, ressaltando

*[...] essa possibilidade de reunir pessoas que a ASSEBA teve durante o início desse processo [de patrimonialização] do samba de roda [...] e foi pensando nisso que eu trouxe essa experiência da ASSEBA para os grupos da Chegança. [...] eu tinha ali a consciência de que eu precisava aprender, e em um determinado momento eu voltaria pra Saubara pra tomar conta das coisas daqui. (Informação oral).<sup>24</sup>*

Em 2013, Rosário inicia uma

---

Chegança. Eles decidiram juntar-se para colher informações acerca do grupo e proporcionar o seu ressurgimento. Nesse momento entra em ação a mulher, as esposas, filhas e mães, que tiveram um importante papel de ajudar a lembrar das canções, dos ritmos.” (ROSÁRIO, 2020, p. 99).

<sup>24</sup> Entrevista com Rosildo do Rosário, via zoom, em 20/12/2020.

pesquisa de registro das Cheganças de Saubara, através de depoimentos dos integrantes das três cheganças da cidade. O projeto teve o patrocínio da Petrobrás e resultou na coletânea "Êta, Marujada!", composta por um catálogo, documentário, CD e site. Neste mesmo ano ele organiza o I Encontro de Cheganças, Marujadas e Embaixadas da Bahia, que, desde então, acontece anualmente, criando uma rede estadual que passa a discutir a patrimonialização da manifestação.

Foram cinco anos de trabalhos intensos, diversas atividades foram desenvolvidas com o intuito de manter as pessoas envolvidas. Realizamos diversas atividades: os encontros estaduais foram importantes [...] para mantermos foco no processo, realizamos encontros territoriais (baixo sul, extremo sul, piemontês de diamantina, região metropolitana), registramos áudio em CD de cinco grupos, realizamos pelo menos dez reuniões com lideranças. No final do ano de 2017, começamos a fazer o inventário dos grupos existentes na Bahia. (ROSÁRIO, 2020, p. 84).

Em 2013 a Associação Chegança dos Marujos Fragata Brasileira, em nome da rede constituída nos encontros anuais, propôs ao Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia (IPAC) o registro das Cheganças e Marujadas e Embaixadas como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia, tendo assumido ela própria a elaboração do dossiê necessário para o registro. Em

2019, através do decreto 18.905/2019, as manifestações foram inscritas no Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas da Bahia.

*Memória e resistência: um aprendizado coletivo de agenciamento*

Lembremos que essas experiências de patrimonialização começaram com a indução da participação dos grupos de Samba de Roda no seu reconhecimento. Sem negar as ambiguidades que permearam o processo, é importante olhar para o percurso e seus resultados. Ela abriu espaço para a sociedade civil interferir nas políticas culturais. No caso específico, abriu espaço para grupos excluídos da participação ativa na vida política. Os grupos responderam, ocuparam o espaço, criaram estratégias para avançar na organização coletiva e assumiram o protagonismo na salvaguarda de suas manifestações culturais.

Mais ainda, as experiências de patrimonialização do Samba de Roda, do Bembé e das Cheganças apontam para um processo de aprendizado coletivo, como dito antes, e possivelmente para a constituição de um repertório de ação coletiva.<sup>25</sup> Vejamos: Se no primeiro caso,

---

<sup>25</sup> Segundo Charles Tilly "A palavra repertório identifica um conjunto limitado de *retinas* que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente

a solicitação do registro veio do Estado; no segundo, do Bembé do Mercado, a sugestão veio do entorno do grupo envolvido; no terceiro, das Cheganças, veio do próprio grupo. Enquanto no processo do Samba de Roda a elaboração do dossiê foi feita pelo próprio Iphan (mesmo que envolvendo os sambadores e sambadeiras), no caso do registro nacional do Bembé, uma equipe do Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), Campus de Santo Amaro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi sugerida pelo IPHAN à associação proponente e aceita. A equipe contou com a participação de estudantes diretamente vinculados à manifestação. Já no registro das Cheganças, os próprios brincantes assumiram a elaboração do dossiê. O mesmo vale para a mobilização dos grupos, que no primeiro caso, foi feita, inicialmente, pelo IPHAN; no segundo, constituiu-se uma Comissão do Bembé,

---

deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta." (*apud* ALONSO, 2012, p. 26). Tilly refere-se ainda a "transferência de repertórios", acentuando, entretanto, que a transferência de formas de ação é pautada por criatividade e improviso. Ou seja: ao invés de apenas repetir as ações anteriores, elas vão, na prática, se modificando de acordo com os contextos de atuação. Entretanto, cabe salientar que o conceito de Tilly tem foco na questão dos confrontos, o que não se aplica, ao menos literalmente, aos casos abordados por nós.

com uma estrutura de decisão horizontalizada; no terceiro, os Encontros Estaduais criaram uma base de debates para o processo de patrimonialização. Sublinhemos também a apropriação das ações de salvaguarda do SR pelos sambadores e sambadeiras.

No caso do Bembé está em pauta, atualmente, a questão da salvaguarda: "agora é não vacilar, aproveitar esse reconhecimento para nosso povo, nosso legado", disse Pai Pote em entrevista citada. A fala permite a associação com o "paradigma da travessia", cunhado pelo filósofo camaronês Jean-Godefroy Bidima, quando afirma que, para os povos negros na diáspora, os lugares de memória são "um chamado e um trânsito para os 'não-lugares da memória'" e aponta para uma "construção coletiva de um pensar que nos reinvente, nos abra outras imagens de nós mesmos, considerando nossas heranças em memória africanas." (NASCIMENTO, 2020, p. 35).

Para Rosildo do Rosário (2020, p. 21),

[...] ainda nos dias atuais, existem comunidades que alimentam e praticam a transmissão de conhecimentos ancestrais, como forma de preservar suas identidades, garantindo que saberes do passado sejam experienciados por várias gerações. Um dos pilares dessa resistência são os grupos de "Culturas Populares", que utilizam técnicas ancestrais, como a oralidade, para não se

submeterem às investidas massacrantes da modernidade.

Considerando que as memórias dos grupos subalternizados normalmente são apagadas da História (contada pelos grupos dominantes), seu cultivo representa uma forma de resistência popular. Cabe referência às mediações feitas por lideranças como Dona Dalva e Any Freitas, Pai Pote e Rosildo do Rosário, que foram essenciais no processo de construção coletiva. Este último sublinha que “uma política de patrimonialização gerenciada de forma eficaz pelo Estado permite que os zeladores das manifestações se encontrem, se reconheçam no fazer do outro e mutuamente construam uma agenda positiva.” (ROSÁRIO, 2020, p.156). Em entrevista citada, Rosário afirmou que os grupos de chegada estão avançando na construção de um plano de salvaguarda, que deverá ser publicado mesmo antes da validação pelo IPAC, sublinhando a autonomia do grupo em relação ao poder público.

### **3. Considerações finais: Cultura, memória e resistência no Recôncavo da Bahia**

Analisamos três processos de

patrimonialização, conduzido por coletivos populares, que se dão em um contexto político-cultural bastante específico. Num plano macro, eles são parte do movimento democrático iniciado no final do século XX, do qual emerge uma nova qualidade de cidadania, com a ampliação da participação e o surgimento de novos atores que, por sua vez, impulsionam o alargamento da própria ideia de cidadania. Um momento em que se fortalece a ideia de governança, a busca de novos padrões de articulação entre Estado e Sociedade, com o fortalecimento da percepção que participação e controle social são elementos essenciais à gestão pública. Ademais, no Brasil do século XXI, o MinC, como apontamos, opera a partir de um profundo deslocamento, onde localizamos as controversas tentativas de indução à participação.

Nos casos analisados, entendemos que a indução da participação pelo Estado foi um primeiro passo, essencial, para assegurar o exercício da cidadania cultural a grupos subalternizados. O envolvimento dos três coletivos nos processos de patrimonialização transformou-se em uma estratégia de empoderamento, um caminho para aprofundar os processos de mobilização e de organização coletiva em busca de protagonismo na condução de suas manifestações culturais. Na contraface da indução está a capacidade

de agência dos grupos, que, em um processo de aprendizado coletivo, se apoderaram dos espaços e das ferramentas que emergiram nesse novo contexto político-cultural.

Com isso, um novo perfil de sujeitos (aqueles invisibilizados pela racionalidade hegemônica) se inseriu no espaço público, buscando participar dos processos decisórios que lhes dizem respeito, protagonizando um processo de construção coletiva realizada a partir dos saberes localizados nos próprios grupos. Ao "discurso competente" pretensamente universal, desvinculado dos seus laços com o lugar e o tempo de origem, como apontou Chauí, eles contrapõem enfrentamentos que se desenvolvem em territórios concretos, em seu *locus* de "estar-sendo" no mundo, com seus sistemas simbólicos específicos (oralidade, ancestralidade, contiguidade indivíduo-comunidade, conhecimento compartilhado, decisões coletivas, uma perspectiva aberta a diferentes práticas etc.).

Além disso, ao construir lugares de memória dos povos negros na diáspora, esses grupos interferem ativamente na memória nacional, produzindo rupturas no discurso hegemônico e reafirmando subjetividades negadas/invisibilizadas/indesejadas.

Operando na perspectiva da cidadania cultural, as ações do Governo

Federal refletem a modernidade ambígua e contraditória descrita por Quijano, na qual, em um contexto de exclusão e desigualdade, são iniciados processos de democratização e reconhecimento que instituem novos espaços de articulação (governança) e mesmo melhores condições de negociação entre Estado e Sociedade. Numa expressão de conhecimento e capacidade, – de transmissão e ampliação de conhecimento e de conquista e aprimoramento de competências– os grupos de cultura popular do Recôncavo reconheceram as novas condições e os espaços abertos, promoveram o agenciamento, expandindo os repertórios locais de ação coletiva, constituindo-se em instrumentos de enriquecimento sociopolítico e cultural.

Fica em aberto o lugar das mediações – seja das lideranças populares, seja do Estado (com a indução à participação, o reconhecimento de espaços como pontos de cultura, a criação de universidades públicas em cidades do interior etc.) – nesse processo, algo que pretendemos analisar num momento seguinte.

### Referências bibliográficas

ADDOR, Felipe. Reflexões sobre Democracia Participativa na América Latina. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 52, n. 6, p. 1108-1124, nov./dez. 2018.

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: □da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012.

BARBALHO, Alexandre. Conselhos de Cultura e Democracia: desafios contemporâneos. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: Edufba, 2010. p. 235-252.

BEZERRA, Laura; PITOMBO, Mariella. Políticas Culturais e a pluralidade de atores na contemporaneidade. In: VLADI, Nadja (org.). *Olhares Interdisciplinares: Fundamentos em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas*. Cruz das Almas/-BA: Ed. UFRB, 2016. p. 171-192.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jan. 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAVES, José Raimundo Lima. *Aprendendo com o Axé: A Experiência da Gestão Cultural na Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê* 2019. (Especialização em Política e Gestão Cultural). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, 2019.

CSERMAK, Caio. *Reinventar a roda*. A

circulação do samba entre sujeitos, eventos e repertórios em Cachoeira, BA. (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281428651\\_Para\\_uma\\_outra\\_leitura\\_da\\_disputa\\_pela\\_construcao\\_democratica\\_na\\_America\\_Latina](https://www.researchgate.net/publication/281428651_Para_uma_outra_leitura_da_disputa_pela_construcao_democratica_na_America_Latina). Acesso em: 13 jul. 2020.

FORTUNA, Carlos. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. *Revista Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 199-214, jul./dez. de 2012.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GOHN, Maria. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONZALES, Shirley; PEREIRA, Viviane; SOLGIO, Fábio. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. *Perspectivas Rurales*. Nueva época, ano 13, n. 25, p. 101-121, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/6386/6535>. Acesso em: 13 mai. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMONIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Bembé do Mercado*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê Samba de Roda*

do *Recôncavo Baiano*. DF: IPHAN, 2004.

INTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Instrução Registro Bembé do Mercado*. DF: IPHAN, 2019. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi\\_e\\_Bembe\\_do\\_Mercado.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi_e_Bembe_do_Mercado.pdf). Acesso em: 2 mai. 2020.

LANDER, Edgard. (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sistema Nacional de Cultura*. Documento básico. Brasília: MinC, 2010.

NASCIMENTO, A. *Casa do Samba de Roda de Dona Dalva: Ponto de Cultura e Política de Salvaguarda, um estudo de caso*. (Especialização em Política e Gestão Cultural). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Entre apostas e heranças: Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.

NOBRE, Marcos; COELHO, Vera. (orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

ROSÁRIO, Rosildo Moreira do. *Cheganças e Marujadas: De uma travessia imaginária a um porto seguro*.

(Dissertação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 69, p. 373-388, 2010.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado ; Academia de Letras da Bahia ; Universidade Federal da Bahia, 1998., p. 59-100.

VARELLA, Guilherme; BRANDT, João. Do Estado de cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, J.; POCHMANN, M. (orgs). *Brasil : Estado social contra a barbárie*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020., p. 523-538. □

ZIMBRÃO, Adélia; SILVA, Lessandra. Institucionalização das políticas culturais e democratização da gestão pública: estudo de caso da implantação do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e em sistemas municipais de cidades do RJ. Trabalho apresentado no *IV Congresso Internacional sobre Culturas – Memória e Sensibilidade: Cenários de experiência cultural contemporânea*, na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cachoeira (BA), em novembro de 2018.